



APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	9168/2025
Estudo Preliminar nº:	006/2025
Secretaria:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Setor / Órgão:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos Gerência Proteção Social Básica Gerência Proteção Social Especial Conselho Tutelar I Conselho Tutelar II
Objetivo:	Trata-se de um estudo preliminar referente à contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de telefonia móvel, com disponibilização de aparelhos celulares em regime de comodato, em atendimento às necessidades dos Conselhos Tutelares I e II, setores e equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.
Equipe de Planejamento:	Gestores: Amelia Cristina Domingues Fernandes, Subsecretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos, Mat. 115.162, Edilene Gorete Torres Laett, Gerente da Proteção Social Básica, Mat. 301.990, Rosângela Caterina Cassano, Gerente da Proteção Social Especial, Mat. 199.059, Ana Clara Alves Leite, Coordenadora do Conselho Tutelar I, Mat. 63.547
	Apoio Técnico Administrativo, elaboradora com base nos dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD: Caroline Guimarães Monteiro, matrícula 63.647, com a supervisão da servidora Monara Tavares da Silva Cunha, matrícula 199.511.
	De acordo: Yuri Guimarães Felisberto Bezerra, Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, matrícula 100.518
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:	
<p>Fundamentação: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.</p> <p>No momento, não foi possível demonstrar tal previsão no Plano de Contratações Anual (PAC) desta Administração Pública Municipal uma vez que o mesmo precisa ser regulamentado pelo Município, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitação e contratação pública. O artigo 12, inciso VII e § 1º desta lei estabelece que os entes federativos, incluindo os Municípios, devem instituir o seu Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações. Este sistema deve conter, entre outros elementos, o Plano de Contratações Anual (PAC). Vale destacar que o PAC é uma ferramenta essencial para o planejamento das contratações públicas ao longo do ano. Ele deve conter as estimativas de contratações de bens, serviços e obras, as modalidades de licitação a serem utilizadas, os valores envolvidos, o cronograma de realização das contratações, entre outras informações relevantes. Para que o PAC seja efetivamente adotado e aplicado no âmbito municipal, é necessário que o Município regulemente esse procedimento por meio de lei ou outro instrumento normativo adequado. Essa regulamentação deve estabelecer os procedimentos para a elaboração, aprovação, acompanhamento e execução do PAC. Portanto, esta Secretaria aguarda tal regulamentação, incluindo a criação e</p>	



regulamentação do Plano de Contratações Anual, para estabelecer o PAC anual desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Essa medida contribui para uma gestão mais transparente, eficiente e alinhada com as normas e diretrizes nacionais de contratações públicas.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Fundamentação: (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento de contratação pública para o fornecimento de serviços de telefonia móvel, com disponibilização de aparelhos em regime de comodato, em atendimento às necessidades dos Conselhos Tutelares I e II, setores e equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

A contratação de serviços de telefonia móvel para os setores e equipamentos socioassistenciais é de extrema importância, pois contribui para a melhoria da comunicação, agilidade no atendimento e ampliação do alcance das ações.

Em primeiro lugar, a telefonia móvel possibilita uma comunicação eficiente entre os profissionais que atuam nos setores e equipamentos com os usuários e outros profissionais da rede de atendimento. Isso garante uma interação rápida e eficaz, facilitando a troca de informações importantes e a resolução de questões em tempo real.

Além disso, o uso de telefonia móvel permite o atendimento remoto em regiões de difícil acesso ou em situações de vulnerabilidade. Profissionais podem fornecer orientações, realizar agendamentos e até mesmo atender a demandas urgentes sem a necessidade de deslocamento, o que amplia o alcance e a eficiência dos serviços prestados.

Outro benefício importante é o monitoramento e acompanhamento contínuo dos casos atendidos. Com a telefonia móvel, é possível realizar visitas de acompanhamento a famílias em situação de risco ou vulnerabilidade social, promovendo uma assistência mais próxima e regular. Também facilita o registro e a gestão de dados, o que melhora a qualidade do atendimento.

A telefonia móvel também é essencial para integrar os diferentes serviços públicos e sociais, como saúde, educação, segurança, judiciário, permitindo que os profissionais socioassistenciais tenham acesso rápido a informações e recursos que podem ser necessários para atender a demanda dos usuários de maneira eficaz.

Portanto, a contratação de serviços de telefonia móvel para setores e equipamentos socioassistenciais é uma medida estratégica, que contribui para a melhoria da qualidade do atendimento, otimização de recursos e, principalmente, para a oferta de serviços mais rápidos e acessíveis à população em situação de vulnerabilidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de telefonia móvel, com disponibilização de aparelhos em regime de comodato, em atendimento às necessidades dos Conselhos Tutelares I e II, Gestão e equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, conforme descrito abaixo:

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
01	26387	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de telefonia móvel, com disponibilização de aparelhos celulares em regime de comodato, com os seguintes serviços inclusos:	ANOS	02



		<ul style="list-style-type: none">• Disponibilização de 24 (vinte e quatro) aparelhos de telefonia móvel (celular) em regime de comodato, com as seguintes configurações mínimas:<ul style="list-style-type: none">- Aparelho smartphone novo com sistema operacional android;- Memória RAM mínima de 8 GB;- Memória de armazenamento mínima de 128 GB;- Tamanho de tela mínima de 6,1”;- Câmera traseira com no mínimo 50 MP + 8 MP de resolução;- Conectividade: 5G, LTE, 4G, 3G, Wifi, Bluetooth, USB tipo C, conexão com PC via USB;- Suporte a rede de dados 3G, 4G e 5G nos padrões autorizados pela ANATEL;- Acessórios: carregador bivolt, cabo USB-C, extrator de chip (quando aplicável), manual de instruções de uso do aparelho em português;- Garantia mínima de 12 (doze) meses;- Suporte técnico, a fim de evitar prejuízos decorrentes de defeitos de fabricação ou falhas técnicas.• Fornecimento de SIMCARDS 4G/5G/6G (ou superior) VOZ E DADOS, com as seguintes características e funcionalidades:<ul style="list-style-type: none">- Assinatura mensal por linha;- Portabilidade de linhas existente;- Efetuar e receber ligações ilimitadas de voz móvel-móvel e móvel-fixo (VC1, VC2 e VC3) para quaisquer operadoras do Brasil;- Pacote ilimitado de internet 5G ou superior, no mínimo, com redução da velocidade, caso atingida a franquia;- Assinatura e sistema de gestão web gratuitos;- Roaming nacional ilimitado;- Acesso ilimitado do aplicativo Whatsapp;- Tarifa zero caixa postal e SMS/MMS para quaisquer operadoras do Brasil;- Fornecimento de SIMCARD de triplo corte e serviço de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM);- Ferramenta de gestão de dispositivos móveis (MDM) robusta, permitindo o monitoramento e gerenciamento remoto dos aparelhos.		
--	--	--	--	--

A contratação deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:



• Da sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pilhas e baterias, cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

Além disso, recomenda-se que a empresa contratada adote boas práticas ambientais, tais como:

- A destinação ambientalmente adequada de resíduos eletroeletrônicos;
- A preferência por equipamentos com **selo de eficiência energética**;
- A utilização de tecnologia que reduza o consumo de energia elétrica e o descarte prematuro de dispositivos.

• Da indicação de marcas ou modelos:

Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas.

• Da exigência de amostra:

Não será exigida a apresentação de amostra.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Fundamentação: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Distribuição dos aparelhos telefônicos por setor/equipamento		
	SETOR/EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
GESTÃO	Gerência Proteção Social Básica	1
	Gerência Proteção Social Especial	1
	Gerência Benefícios Eventuais	1
	Gestão de Processos	1
	Financeiro	1
	Gabinete / Jurídico	1
	Protocolo	1
	Coordenação de Transportes	1
	Subsecretaria de Inclusão e Acessibilidade	1
	Subsecretaria da Infância, Juventude e Melhor Idade	1
GERÊNCIA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	CRAS Centro	1
	CRAS Olaria	1
	CRAS Conselheiro Paulino	1



	CRAS Campo do Coelho	1
	Centro de Convivência	1
GERÊNCIA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	CREM	1
	Centro de Cidadania LGBT Hanna Suzart	1
	CREAS	1
	CENTRO POP	1
	CAIVS	1
CONSELHO TUTELAR	Conselho Tutelar I (Interno e Externo)	2
	Conselho Tutelar II (Interno e Externo)	2
TOTAL		24

Cumpra esclarecer que a contratação anterior do serviço de telefonia móvel contemplava 14 (quatorze) linhas, número que, à época, atendia à demanda da Secretaria de Assistência Social. No entanto, com o crescimento das atividades e a ampliação dos serviços prestados à população, tornou-se necessária a expansão para 24 (vinte e quatro) linhas, a fim de garantir um atendimento eficiente e ágil.

Esse aumento se justifica pelo crescimento do número de atendimentos, exigindo maior disponibilidade de comunicação para os profissionais. Além disso, novos programas e projetos foram implementados, ampliando as equipes e tornando essencial a inclusão de mais servidores com acesso à telefonia móvel. A necessidade de deslocamento constante das equipes para visitas e atendimentos externos reforça a importância de uma comunicação eficaz, garantindo não apenas a eficiência do trabalho, mas também a segurança dos profissionais.

Dessa forma, a contratação de serviços de telefonia móvel, com a ampliação para 24 (vinte e quatro) celulares, se revela como um investimento estratégico, não apenas para a melhoria dos serviços prestados pelos setores e equipamentos socioassistenciais, mas como a implementação eficaz desta ferramenta de comunicação é um passo significativo em direção a um desenvolvimento social mais inclusivo, responsivo e que efetivamente atenda às necessidades da população.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Fundamentação: Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Inicialmente, cumpre destacar que, nos termos do Decreto nº 2.007, de 16 de fevereiro de 2023, a responsabilidade pela realização da pesquisa de mercado cabe à Secretaria de Licitações e Planejamento.



No entanto, em observância às orientações da Controladoria, foi realizada uma pesquisa no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), com o objetivo de identificar contratações similares à presente demanda. Ressalte-se que os preços obtidos por meio do PNCP referem-se a contratações semelhantes, mas não necessariamente idênticas em termos de quantitativos e especificações técnicas. Dessa forma, tais valores não podem ser considerados como parâmetro definitivo para balizar o certame, sendo imprescindível que a Secretaria competente, nos termos do Decreto supracitado, realize a pesquisa de preços de mercado de forma ampla e criteriosa, garantindo a adequação dos valores estimados e a viabilidade da contratação. A pesquisa de mercado tem como finalidade principal aferir os parâmetros praticados no setor, tanto no âmbito público, quanto privado, possibilitando à Administração Pública realizar uma contratação que observe os princípios da economicidade, vantajosidade e eficiência. Esse levantamento é essencial para garantir que os preços praticados estejam alinhados com os valores de mercado, prevenindo sobrepreços ou preços inexequíveis, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de considerar, nos estudos preliminares, os valores de referência extraídos de contratações similares, bem como os preços praticados em licitações conduzidas sob a égide da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O levantamento abrange órgãos e entidades da Administração Pública que tenham realizado contratações com o mesmo objeto, garantindo assim a conformidade com as diretrizes normativas e a obtenção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

Segue, portanto, quadro demonstrativo consolidando os resultados dessa pesquisa preliminar, a fim de subsidiar a análise e a tomada de decisão quanto à estimativa de preços para a presente contratação, conforme quadro demonstrativo abaixo:

ORÇAMENTOS/PREÇOS PRATICADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÓRGÃO	OBJETO	VALOR ESTIMADO E VALOR HOMOLOGADO	MODALIDADE / FORMA DE CONTRATAÇÃO
MUNICÍPIO DE BITURUNA/PR	SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL...	R\$ 3.035,60	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 81648859000103-1-000044/2025 FONTE: BETHA SISTEMAS
MUNICÍPIO DE CHAPADA/RS	PLANO DE TELEFONE MÓVEL...	R\$ 3.204,80	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 87613220000179-1-000008/2025



			FONTE: TCHÊ INFORMÁTICA LTDA
MUNICÍPIO DE CRISTAIS PAULISTA/SP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL...	R\$ 4.599,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 45307980000108-1-000032/2024 FONTE: EDDYDATA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

ORÇAMENTO/PREÇO PRATICADO DA ÚLTIMA CONTRATAÇÃO REALIZADA POR ESTA MUNICIPALIDADE

EMPRESA	OBJETO	VALOR CONTRATADO MENSAL
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	R\$ 3.178,00

Ademais, a Administração Pública precisa de soluções de telefonia móvel que garantam conectividade confiável, custos otimizados e suporte eficiente para suas operações. A escolha do modelo ideal de contratação deve considerar fatores como cobertura, qualidade do serviço, flexibilidade contratual, economia e facilidade de gestão.

No mercado, existem diferentes alternativas para a contratação desses serviços, desde modelos mais tradicionais, como a contratação direta com operadoras, até opções inovadoras, como o uso de operadoras móveis virtuais (MVNOs) e soluções multioperadoras. Cada modelo apresenta vantagens e desafios.

A seguir, são apresentadas algumas das principais soluções disponíveis no mercado, com suas respectivas vantagens e desvantagens:

1. Contratação com Operadoras (Licitação)

Contratação com uma operadora por meio de licitação.

✓ Vantagens:

- Possibilidade de obter tarifas reduzidas devido a concorrência.
- Atendimento customizado às necessidades do órgão público.
- Maior controle sobre a gestão do contrato e acompanhamento dos serviços.

✗ Desvantagens:

- Processo licitatório pode ser burocrático e demorado.
- A qualidade do serviço pode variar conforme a região atendida pela operadora escolhida.
- Menor flexibilidade para mudanças contratuais durante a vigência do contrato.

2. Contratação com MVNO's (Operadoras Móveis Virtuais)

Parceria com uma operadora móvel virtual (MVNO) que utiliza a infraestrutura de grandes operadoras para fornecer serviços personalizados.

✓ Vantagens:

- Maior flexibilidade na personalização dos planos e serviços.
- Atendimento diferenciado e suporte mais ágil.
- Possibilidade de integração com soluções de gestão de comunicação.



✗ Desvantagens:

- Dependência da cobertura da operadora principal.
- Menor disponibilidade de serviços em comparação às operadoras tradicionais.
- Alguns MVNO's podem ter menos experiência no atendimento a grandes contratos públicos.

3. Plano Corporativo Multioperadora (Gestão Unificada de Telefonia)

Empresas especializadas gerenciam planos de múltiplas operadoras, garantindo melhor cobertura e redução de custos.

✓ Vantagens:

- Maior cobertura ao utilizar múltiplas operadoras.
- Gestão unificada facilita a administração do contrato.
- Potencial de redução de custos ao escolher a melhor operadora para cada necessidade.

✗ Desvantagens:

- Gestão terceirizada pode trazer desafios na transparência da execução do contrato.
- Nem todas as operadoras oferecem essa possibilidade em larga escala.
- Dependência da qualidade dos serviços das operadoras contratadas.

4. Uso de Cartões SIM Internacionais (eSIMs ou SIM Cards Globais)

Contratação de serviços de telefonia por meio de cartões SIM globais ou eSIM's, permitindo conexão com múltiplas redes no Brasil.

✓ Vantagens:

- Alternativa para áreas com baixa cobertura de uma única operadora.
- Possibilidade de tarifas reduzidas em chamadas de longa distância.
- Facilidade na ativação e gestão remota dos serviços.

✗ Desvantagens:

- Pode ter custo inicial mais alto.
- Nem todas as operadoras locais suportam integração eficiente com essas soluções.
- Suporte técnico pode ser mais demorado em comparação às operadoras nacionais.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21.

Como já pontuado acima, conforme Decreto nº 2.007, de 16 de fevereiro de 2023, a Secretaria responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria de Licitações e Planejamento, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria Geral do Município, foi realizada pesquisa com o fito de averiguar contratações similares à presente contratação, conforme demonstrativos anexos acima, alcançados via Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e segundo contratação anterior. Com base nessa pesquisa, foi apurada a seguinte média de valores / valores estimados:

ITEM	MÉDIA PREÇO PNCP	PREÇO CONTRATAÇÃO ANTERIOR	MÉDIA PARÂMETROS	PERÍODO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
ITEM 01 - SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	R\$ 3.613,13	R\$ 3.178,00	R\$ 3.395,56	02 ANOS	R\$ 81.493,44

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:



Fundamentação: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Primeiramente, considerando a necessidade de serviços de telefonia móvel, com disponibilização de aparelhos em regime de comodato, em atendimento às necessidades dos Conselhos Tutelares I e II, setores e equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, a escolha da contratação com operadoras de telefonia móvel, por meio de licitação, fundamenta-se na busca por uma solução eficiente, transparente e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

Esse modelo de contratação garante conformidade com a legislação vigente, assegurando que o processo seja conduzido com transparência e respeito aos princípios da Administração Pública, como legalidade, impessoalidade e eficiência.

Além disso, a concorrência entre operadoras durante o processo licitatório possibilita a obtenção de melhores condições comerciais, resultando em uma relação custo-benefício mais favorável.

Outro fator relevante é a confiabilidade da infraestrutura das grandes operadoras, que garantem ampla cobertura e estabilidade dos serviços. Esse aspecto é fundamental para o funcionamento ininterrupto das atividades da Administração Pública, especialmente para equipes que realizam atendimentos externos e atuam em diferentes localidades, incluindo áreas mais remotas.

A contratação com operadoras também oferece maior facilidade na gestão do contrato, possibilitando um acompanhamento mais eficiente do cumprimento das cláusulas acordadas e garantindo acesso a suporte técnico especializado. Isso reduz o tempo de resposta em caso de falhas ou necessidade de ajustes nos serviços contratados, contribuindo para a continuidade e eficiência das operações.

Diante desses fatores, a contratação com operadoras de telefonia móvel, por meio de licitação, na modalidade de pregão eletrônico, pelo período de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado a critério da Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se como a mais adequada para a Administração Pública.

A previsão do período de contratação se fundamenta na natureza contínua do objeto contratado, diretamente relacionado às necessidades permanentes da Secretaria, sendo, portanto, indispensáveis à manutenção das atividades administrativas.

Trata-se de serviços de natureza contínua, diretamente relacionado às necessidades permanentes da Secretaria, indispensáveis à manutenção das funções administrativas. Essa forma de contratação alia segurança, economicidade e qualidade na prestação do serviço, garantindo que as necessidades institucionais sejam atendidas de forma eficaz e dentro dos parâmetros exigidos pela Lei nº 14.133/21, bem como pelo art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Fundamentação: Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A inaplicabilidade do parcelamento na contratação do serviço de telefonia móvel pela Administração Pública decorre da natureza singular e indivisível do objeto contratado. Diferentemente da aquisição de bens e serviços que podem ser fracionados para ampliar a competitividade e economicidade, a contratação do serviço de telefonia móvel envolve a necessidade de padronização, eficiência operacional e otimização de recursos. A fragmentação entre diferentes operadoras poderia gerar incompatibilidades, dificuldades na gestão do contrato e variações na qualidade do serviço, comprometendo a comunicação entre equipes.

Além disso, conforme a Lei nº 14.133/2021, a fragmentação do objeto só é cabível quando não compromete a funcionalidade e a viabilidade econômica da contratação. No caso da contratação do serviço de telefonia móvel, a escolha de um único fornecedor garante maior controle, suporte técnico unificado e economia de escala, facilitando a fiscalização e reduzindo custos administrativos. Dessa forma, a contratação integral por uma mesma operadora assegura a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à Administração Pública.

Assim, por se tratar de um item único e insuscetível de divisão, o parcelamento não se aplica, uma vez que comprometeria a finalidade e a utilidade da contratação.



Portanto, o parcelamento não é aplicável, em razão das características do contratado, por ser item único e indivisível. Sendo assim, não há que se falar de parcelamento.

Outrossim, é oportuno destacar o Acórdão nº 75.681/2022 proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), o qual dispõe que a decisão acerca da divisibilidade ou não do objeto da licitação se insere no âmbito da discricionariedade administrativa. Nessa medida, cabe ao gestor público, durante a fase de planejamento, avaliar qual a melhor forma de atender ao interesse público, considerando as especificidades do objeto e as necessidades da Administração.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Fundamentação: Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A contratação de serviços de telefonia móvel para os setores e equipamentos socioassistenciais é de extrema importância, pois contribui para a melhoria da comunicação, agilidade no atendimento e ampliação do alcance das ações.

Em primeiro lugar, a telefonia móvel possibilita uma comunicação eficiente entre os profissionais que atuam nos setores e equipamentos com os usuários e outros profissionais da rede de atendimento. Isso garante uma interação rápida e eficaz, facilitando a troca de informações importantes e a resolução de questões em tempo real.

Além disso, o uso de telefonia móvel permite o atendimento remoto em regiões de difícil acesso ou em situações de vulnerabilidade. Profissionais podem fornecer orientações, realizar agendamentos e até mesmo atender a demandas urgentes sem a necessidade de deslocamento, o que amplia o alcance e a eficiência dos serviços prestados.

Outro benefício importante é o monitoramento e acompanhamento contínuo dos casos atendidos. Com a telefonia móvel, é possível realizar visitas de acompanhamento a famílias em situação de risco ou vulnerabilidade social, promovendo uma assistência mais próxima e regular. Também facilita o registro e a gestão de dados, o que melhora a qualidade do atendimento.

A telefonia móvel também é essencial para integrar os diferentes serviços públicos e sociais, como saúde, educação, segurança, judiciário, permitindo que os profissionais socioassistenciais tenham acesso rápido a informações e recursos que podem ser necessários para atender a demanda dos usuários de maneira eficaz.

Portanto, a contratação de serviços de telefonia móvel para setores e equipamentos socioassistenciais é uma medida estratégica, que contribui para a melhoria da qualidade do atendimento, otimização de recursos e, principalmente, para a oferta de serviços mais rápidos e acessíveis à população em situação de vulnerabilidade.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Para a contratação pretendida, não se faz necessária a adoção de medidas preliminares pela Administração Pública. No entanto, em conformidade com a legislação vigente, destaca-se a imprescindibilidade da capacitação específica dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de prestação de serviços de telefonia móvel.

Essa capacitação deve ser orientada pelo fiscal designado para o contrato, sob a supervisão direta do gestor responsável, assegurando que os envolvidos estejam plenamente aptos a acompanhar tecnicamente os aspectos operacionais, administrativos e contratuais do serviço prestado.



A fiscalização eficaz dos serviços de telefonia móvel é essencial, especialmente por se tratar de um serviço estratégico para a atuação dos Conselheiros Tutelares e servidores dos demais Equipamentos da Pasta, que demandam acesso contínuo, qualidade no sinal, estabilidade da conexão e suporte técnico imediato.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para esta contratação.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pilhas e baterias, cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Fundamentação: Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante artigo 7º, inciso XIII da IN SEGES/ME Nº 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

A contratação dos serviços do presente planejamento não se enquadram nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Desta forma, declaramos a viabilidade da contratação, com base no estudo realizado, uma vez que é viável, necessária e adequada a presente Secretaria e ao referido equipamento requisitante.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Gestores:

**Elaboradora segundo dados fornecidos pela
Unidade Requisitante através do DFD /
Apoio Técnico Administrativo:**



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

Amelia Cristina Domingues Fernandes

Subsecretária de Políticas Sociais e
Direitos Humanos
Mat. 115.162

Edilene Gorete Torres Laett

Gerente da Proteção Social Básica
Mat. 301.990

Rosângela Caterina Cassano

Gerente da Proteção Social Especial
Mat. 199.059

Ana Clara Alves Leite

Coordenadora do Conselho Tutelar I
Mat. 63.547

Coordenador do Conselho Tutelar II

Caroline Guimarães Monteiro

Assessora Nível Intermediário
Mat. 63.647

Visto e revisado por

Monara Tavares da Silva Cunha

Assessora Nível Superior de Apoio Administrativo
Mat. 199.511

Nova Friburgo/RJ, 27 de agosto de 2025.

De acordo:

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra

Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Mat. 100.518